

ACORDO DE COLABORAÇÃO

ENTRE MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA E UNIÃO DE FREGUESIAS DE GULPILHARES E VALADARES

= APOIO PARA ATIVIDADES =

84

Considerando que:

Tem vindo a ser política do Município apoiar as freguesias no quadro da promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações;

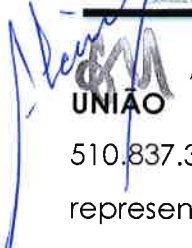
É convicção do Município que prosseguir com esta estreita colaboração com as freguesias, para a realização de tarefas que são da sua competência, contribuirá para a melhoria das condições de vida das populações das nossas freguesias;

Os municípios e as freguesias articulam entre si, com respeito pelos princípios da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, (cf. artigo 4.º do regime jurídico das autarquias locais, do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);

A Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea j), do n.º 1, do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2103, de 12 de setembro, deliberou autorizar a Câmara Municipal a aprovar, durante o exercício de 2022, a forma de apoio em numerário para reforçar a capacidade das freguesias tendo em vista a prossecução das respetivas competências materiais estabelecidas no art. 16º daquele diploma legal (cfr. art. 17º das Normas de Execução Orçamental).

Assim, entre:

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA, pessoa coletiva n.º 505 335 018, com sede na Rua Álvares Cabral, Vila Nova de Gaia, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues, com poderes para este ato, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por Município ou Primeiro Outorgante; e

 **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GULPILHARES E VALADARES**, pessoa coletiva número 510.837.310, com sede no Largo da Igreja, 4405-918, em Vila Nova de Gaia aqui representada por Alcino Sousa Lopes, na qualidade de Presidente da União das Freguesias, no uso da competência que lhe é conferida pelo disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, adiante também designada por **União de Freguesias** ou segunda outorgante.

Em conjunto, designados por Partes,

É celebrado, ao abrigo da alínea u) do n.º1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o presente Acordo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

Constitui objeto do presente Acordo, a forma de colaboração e apoio à União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares para a realização de atividades diversas, no âmbito das suas atribuições materiais, previstas no artigo 16º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, assim como os moldes em que é efetuada a comparticipação financeira por parte do Município de Vila Nova de Gaia.

Cláusula Segunda

(Comparticipação Financeira)

O Município atribui à União de Freguesias o apoio financeiro mencionado na cláusula anterior, no montante global de 140.000,00€ (cento e quarenta mil euros), o qual será pago até trinta dias após a assinatura do presente acordo.

Cláusula Terceira

(Obrigações da Segunda Outorgante)

Para a prossecução do objeto do presente Acordo, a União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares obriga-se perante o Município a apresentar o relatório de execução do presente Acordo, até ao dia 30 de junho de 2023.

Cláusula Quarta

(Acompanhamento, controlo e gestão de execução do Acordo)

O acompanhamento, controlo e gestão de execução do presente Acordo são feitos pelo Município, através do Gabinete de apoio ao Sr. Presidente, assistindo-lhe o direito de fiscalizar a sua execução.

Cláusula Quinta

(Comunicações)

No âmbito de execução do presente Acordo, as informações e comunicações entre os outorgantes são realizadas por correio eletrónico considerando-se a comunicação realizada na data da sua receção.

Cláusula Sexta

(Vigência)

O presente Acordo produz efeitos a partir da data da sua assinatura, sendo válido até ao integral cumprimento das obrigações da segunda outorgante.

Cláusula Sétima

(Lei aplicável)

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Acordo aplicam-se, subsidiariamente, as disposições legais em vigor.
2. Sem prejuízo da aplicação da Parte III do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, o presente Acordo fica excluído da aplicação da Parte II do mesmo diploma legal, nos termos do seu n.º 1 do artigo 5º.

Assim o disseram e outorgaram em dois exemplares de igual conteúdo e valor, ficando um em poder de um cada um dos outorgantes.

Vila Nova de Gaia, 05 de dezembro de 2022

Pelo Município de Vila Nova de Gaia
O Presidente da Câmara

Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues

Pela União de Freguesias
O Presidente da Junta

Alcino de Sousa Lopes

- Aprovado em reunião da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia de 28 de novembro de 2022;
- Os encargos relativos ao presente Acordo são satisfeitos pelo orçamento em vigor na rubrica do plano 2016-A- 108, Red n.º 2022/5446